

WEEKLY REPORT

10/10/2017 – 16/10/2017

www.ariacapital.com.br



- Tramitação da segunda denúncia contra Temer continua no foco político;
- Agência S&P alerta para possível rebaixamento da nota soberana do Brasil;
- Inflação americana fica abaixo da expectativa em setembro.

O Cenário político continua com foco na tramitação da segunda denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer. Após a leitura do Relatório do Deputado Bonifácio Andrada, um pedido de vista adiou o início da discussão sobre o tema na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para a sessão de amanhã. O início da discussão ocorrerá em meio ao mal-estar entre o Palácio do Planalto e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por conta da divulgação dos vídeos da delação premiada do operador Lúcio Funaro, no site da Câmara. O Advogado de Temer, Eduardo Carnelós, publicou nota para criticar “vazamentos criminosos”. Maia contra-atacou e disse que o defensor é “incompetente”. Após a repercussão da primeira nota, Carnelós recuou e, também em nota, disse que “jamais” imputou “a prática de ilegalidade” ao deputado. O material divulgado foi enviado pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, com ofício uma semana após a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentar a segunda denúncia contra Temer. Segundo a presidência da Câmara, no ofício não há menção ao sigilo do material. A Presidente do STF afirmou que apenas oficiou Maia e o relator do inquérito, Edson Fachin, é a autoridade máxima e única no processo. Segundo o gabinete de Fachin, a delação de Funaro não teve o sigilo retirado em nenhum momento. A temperatura entre Temer e Maia já havia subido em razão do episódio do “assédio” a parlamentares do PSB. Maia disse que foi atingido com uma “faca nas costas” pelo PMDB. A votação em plenário da denúncia é esperada para a semana do dia 23 de outubro. Embora a expectativa seja de que Temer consiga os votos necessários para barrar a denúncia, o número de deputados a favor de Temer será visto como um indicador de seu capital político e, conseqüentemente, da sua capacidade de mobilização para dar andamento as reformas estruturais, em particular, a Reforma da Previdência.

Por conta da percepção de dificuldade de aprovação da Reforma da Previdência, a agência de classificação de risco Standard & Poor’s emitiu um alerta de que a nota soberana do Brasil pode ser rebaixada, caso a mudança nas regras de aposentadoria e pensão não aconteçam em tempo hábil de “dar algum respiro” ao próximo governo. “Se sentirmos que existe um esforço considerável na direção da Previdência, o rating pode se estabilizar. Se não acontecer dessa forma, ou se ficar a impressão de que não vai haver reforma alguma, a nota pode ser rebaixada.” De fato, com a proximidade do calendário eleitoral, deputados e senadores têm avisado ao governo sobre a impossibilidade de aprovar a reforma conforme aprovada na comissão especial da Câmara dos Deputados. É por isso que integrantes da base têm se articulado para tentar emplacar ao menos uma parte das mudanças, como a instituição de idade mínima, regra de transição e aumento do tempo mínimo de contribuição.

No cenário externo, a divulgação do Índice de Preços ao Consumidor (CPI) nos EUA de setembro, abaixo das expectativas, trouxe alívio, após as indicações do FED, de que voltara a subir as taxas de juros ainda em 2017. O índice registrou alta de 0,5% na comparação com agosto, abaixo da mediana das expectativas, que era de alta de 0,6% MoM. O núcleo da inflação avançou apenas 0,1%, acumulando alta de 1,7% nos últimos 12 meses, confortavelmente abaixo da meta de 2% da autoridade monetária americana.

Grande parte da melhora do cenário doméstico já se encontra incorporada nos preços dos ativos. Assim, do ponto de vista estratégico de gestão, a recomendação é de adoção de posições pequenas ou até mesmo zeradas, principalmente quando se leva em consideração a perspectiva de fortalecimento do dólar e a persistência risco político interno. No entanto, eventuais exageros do mercado, que modifiquem as relações de risco/retorno dos ativos, devem ser aproveitados para a retomada de posições compradas em Brasil, uma vez que os fundamentos para um cenário positivo para o país permanecem inalterados.

Fontes: Agência Estado, Agência Leia, Bloomberg, Valor Econômico, Reuters, Folha de São Paulo e O Globo

Este documento é de caráter meramente informativo, e tem por finalidade veicular informações relevantes a nossos clientes e parceiros, e não deve ser interpretado como parecer ou aconselhamento, não podendo acarretar qualquer responsabilidade à Aria Capital. Não significa qualquer proposta de negócio, oferta ou solicitação de compra ou venda de qualquer ativo mobiliário ou instrumento financeiro, opinião profissional ou sugestão de investimento por parte da Aria Capital. É para uso exclusivo do destinatário, vedada sua reprodução ou distribuição por este a qualquer pessoa sem expressa autorização. Apesar das fontes serem consideradas confiáveis, não representam exatidão, tampouco oferta ou solicitação de compra ou venda de qualquer ativo mobiliário ou instrumento financeiro, bem como não cabe qualquer responsabilização pela utilização das informações e/ou dos resultados aqui contidos. Fontes: Agência Estado, Agência Leia, Bloomberg, Valor Econômico, Reuters, Folha de São Paulo e O Globo.

A Aria Capital não assegura, promete ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou isenção de riscos para o investidor.

Caso tenha alguma sugestão ou comentário, acesse: www.ariacapital.com.br/contato.html

Rio de Janeiro - 55 21 3553-9400

Av. Ataulfo de Paiva, 204/501 – Leblon

São Paulo - 55 11 2894-5454/2894-5434

Rua do Rocio, 423/409 – Vila Olímpia

